

ca pedagógica que reflita uma consciência nesses aspectos e que se constitua juntamente com os seus alunos num espaço igualitário, justo e repleto de oportunidades para seu desenvolvimento físico, social e moral na sociedade em que ele convive.

REFERÊNCIAS

VIGOTSKI, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S; LURIA, Alexander R. Estudos sobre a História do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI: UMA DIVERGÊNCIA ENTRE VIZINHOS

Jair Gonçalves Albeche¹

RESUMO

As fronteiras entre os países sempre foram motivo de divergências e guerras no “antigo continente”, na América do Sul não é diferente, temos um histórico de desavenças entre vários países. No caso do Brasil e Uruguai, onde o segundo já foi uma província do primeiro, depois da proclamação de independência da província Cisplatina em 1825, da batalha do Passo do Rosário em 1827 e do posterior reconhecimento de independência, as relações foram relativamente amistosas e a demarcação das fronteiras foram em comum acordo. No entanto, alguns documentos não muito claros e entendimentos divergentes aos da comissão demarcadora levaram o Uruguai a contestar diplomaticamente uma pequena porção de território. Mantendo as boas relações internacionais, o Brasil não entende que o país vizinho tenha razão em seu pleito e a divergência se arrasta por longos anos.

Palavras-chave: Fronteira, Brasil, Uruguai, Demarcação, Divergência.

De maneira geral, o estabelecimento de

uma fronteira internacional é decorrente de quatro etapas: 1^a) estudo dos precedentes histórico-geográficos, 2^a) delimitação, 3^a) demarcação e 4^a) caracterização. Devido ao longo período de paz em que vive o Brasil e a relativa harmonia com a qual convive com os países vizinhos, a imensa maioria das pessoas desconhece que existe uma pequena questão que diz respeito à demarcação de um trecho de fronteira, na região denominada “Rincão de Artigas”, entre as cidades de Santana do Livramento - RS e Rivera – ROU, que os governos brasileiros e uruguaios não concordam. Essa questão foi levantada pelo Uruguai em 1934.

No caso da fronteira do Brasil com o Uruguai, devemos levar em conta que este sofreu na sua origem grande influência portuguesa, desde sua fundação no século XVII, quase que simultânea, da Colônia de Sacramento e de Montevidéu.

Quando o Brasil proclamou sua independência, a Província de Montevidéu ou Cisplatina estava incorporada ao Brasil. Os orientais de imediato resistiram à anexação. O governador de Montevidéu e a sociedade secreta de patriotas “Os Cavaleiros Orientais” protagonizaram em 1823

Arroio Invernada, descera a linha pelo galho mais ocidental, conhecido pelo do Maneco, preferindo-se, com o mais forte, o ramal que nasce da mencionada Coxilha de Haedo, em frente a Estância ..., e a este da volta que formam em sua união as supracitadas coxilhas de Belém e Haedo, conhecida também por Coxilha Negra; e próximo a casa de ...; continuando esse galho até encontrar, mais abaixo uma vertente forte e permanente, chamada Galho dos Gravatás, e em seguida muitos outros tributários, que o enriquecem com suas águas, até sua confluência no Arroio Invernada, por cujas águas continuará a linha até a sua foz no rio Quarai, acima do arroio Sepultura. 2º que, em conformidade com o mesmo Tratado, a linha seguirá pelas águas do Quarai ...; 3º que, para demonstrar com maior clareza a linha demarcada, se traçará nas plantas ou cartas das respectivas comissões, autenticadas pelos senhores comissários, que também se obrigam a exata colocação dos marcos de limites...(GOLIN, 2004, p. 106).

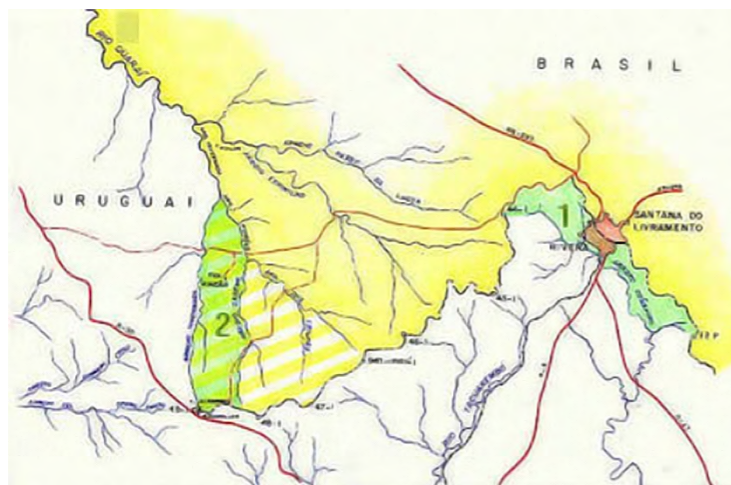
O Barão de Caçapava deixou cartas e relatórios contando detalhadamente todos os problemas encontrados, divergências e acertos feitos para cumprir o que estava estabelecido no tratado. Em uma exposição feita em março de 1857, o Barão assim escreveu explicando como se deram os trabalhos:

...Seguiu-se a questão do arroio da Invernada. Mandei primeiro fazer o reconhecimento deste terreno, e depois fui pessoalmente examinar todo o espaço

compreendido entre o Quaraim principal e as águas do Invernada. O comissário oriental fez da sua parte os reconhecimentos que precisava, e depressa nos entendemos, firmando por uma outra Acta, que assinamos, toda a fronteira desde as cabeceiras do São Luiz no lugar próximo ao Cemitério até a confluência do Invernada no Quaraim principal; e ficando sobre a Coxilha de Haedo bem determinado o ponto sobre a mesma coxilha, que corresponde à vertente principal do arroio da Invernada. Esta vertente está bem colocada na carta do falecido Sr. Visconde de São Leopoldo (MRE, 2003, p. 05).

Nesta parte da fronteira não houve discussão sobre o estabelecimento da linha de limite, já em outros trechos foram grandes as discussões sobre a escolha da linha a ser demarcada

Quando os trabalhos de demarcação, em 1855, chegaram à região onde hoje existem as cidades de Sant'Ana do Livramento e Rivera, somente existia o povoado brasileiro, que se estendia pelos dois flancos da coxilha. Os demarcadores propuseram conservar esse local apenas com a ocupação de brasileiros. Para isso, em setembro de 1857, foi assinado entre o Brasil e o Uruguai um Tratado de Permuta. Pretendia-se trocar a área frontal à vila de Sant'Ana do Livramento, até o arroio de Cuñaperu, por uma área aproximadamente equivalente, localizada no extremo oeste da coxilha de Haedo, na região do Rincão de Artigas.



Nos locais onde a linha de fronteira mudava de regime eram construídos os marcos grandes, chamados marcos principais. Dessa maneira foram construídos os marcos 2-P e 3-P nos extremos da reta do Chui, 8-P e 10-P na reta de Aceguá, 11-P na Serrilhada, no início do divisor de águas da coxilha de Santana. Um marco grande (marco principal 12-P) chegou a ser construído a sudeste de Livramento em um dos extremos dessa linha.

O Tratado de Permuta ficou algum tempo em suspenso, pois o legislativo uruguaio se negava a ratificá-lo.

Em 1860, os uruguaios iniciaram a construção do povoado de Zeballos, depois Rivera, e, 1861 o tratado foi rejeitado pelo Uruguai.

Em 1933, quando os técnicos estavam realizando, em comissão mista, os trabalhos de manutenção e melhoramento da "Caracterização" na região da coxilha de Santana, um oficial uruguaio revisou os estudos sobre a localização dos últimos marcos colocados na demarcação do tratado de 1851.

O militar uruguaio concluiu que os demarcadores se enganaram ao escolher o arroio Invernada, assinalado nas cartas e citado no tratado, colocando erradamente o 49º marco. O arroio Invernada seria, para ele, um arroio que os brasileiros chamam Moirões, um braço do arroio dos Trilhos. O arroio escolhido pelos demarcadores teria sido o arroio Maneco.

Os uruguaios estranhavam que a linha de fronteira que seguia um alinhamento geral de sudeste para noroeste, mudava bruscamente para o sul.

O assunto da suposta má colocação do último marco da linha seca foi levado oficialmente ao governo brasileiro com um pedido para que fosse feita uma determinação científica. O governo brasileiro respondeu que os trabalhos que se estavam realizando eram para tornar mais minuciosa e visível a linha divisória, não sendo cabível qualquer interpretação ou tentativa de retificação da linha já fixada por tratado.

O Uruguai considera a área como limite

contestado e, em 1985, reclamou da construção da vila Thomaz Alborno, mas nada que afete o bom relacionamento entre os dois países.

REFERÊNCIAS

GOLIN, Tau. A fronteira: Os tratados de limites Brasil - Uruguai - Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: LPM, 2004.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Sobre a História de nossa fronteira com o Uruguai. Disponível em: <<http://www.info.Incc.br/wrmkkk/masoller.html>> e <santanadolivramento.com.br> Acesso em: 03 jun 2003.